

PROEJA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL: PERCEPÇÕES DOS ALUNOS DO CURSO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS SERTÃOZINHO DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

Amanda Ribeiro Vieira¹
Christian Carvalho Ganzert²

RESUMO

O PROEJA é uma política pública que tem por objetivo a elevação da escolaridade com profissionalização. A finalidade primária deste artigo é trazer à tona qual é a percepção dos estudantes quanto ao impacto do PROEJA em suas vidas, verificando se o que é percebido pelos alunos foco do projeto está em consonância com as ideias que embasaram sua criação. Participaram da pesquisa 46 alunos do curso técnico em Administração do *campus* Sertãozinho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Após a análise dos dados, ficou evidente que as premissas que embasaram a constituição do programa PROEJA alcançaram resultados positivos na percepção dos alunos abordados, com a corroboração das três primeiras proposições elencadas. Entretanto, foi verificado que poucos alunos possuem conhecimento sobre a finalidade do PROEJA.

PALAVRAS-CHAVE: PROEJA, política pública, educação, curso profissionalizante.

ABSTRACT

PROEJA is a public policy which looks for the elevation of the educational level paralleled to the professionalization. The primary finality of this article is to bring at light what is the perception of the students about PROEJA impacts in their lives, verifying if what is percept by the project's object is

¹ Amanda Ribeiro Vieira. É docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e doutorando em Administração de Organizações pela FEA-RP/USP. E-mail: avieira@usp.br. Endereço Profissional: Rua Américo Ambrósio, 269 - Jd. Canaã – Sertãozinho/SP - Brasil - CEP: 14169-263.

² Christian Carvalho Ganzert. É docente das Faculdades Integradas Fafibe e da SEMAR e doutorando em Administração de Organizações pela FEA-RP/USP. E-mail: ganzert@usp.br. Endereço Profissional: Avenida dos Bandeirantes, 3900 - Monte Alegre – Ribeirão Preto/SP – Brasil – CEP: 14040-900.

in consonance with the ideas which based its creation. About 46 students of the Administration Technician Course where interviewed, all them from Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo in Sertãozinho. After the data analysis, evidences shown that the premises which based the constitution of PROEJA program reached positive results in the perception of the interviewed students, affirming the three premised detailed in the article. However, few students have the more detailed knowledge about PROEJA, although they believe it enhanced their lives by the positive impacts concerned to coursing a technical course with verified quality.

KEYWORDS: PROEJA, public policy, education policy, professionalizing courses.

1. INTRODUÇÃO

O tema desigualdade social é de extrema relevância no Brasil, pois a sociedade brasileira está marcada de forma aguda por ela. Os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que de 1997 para 2007, o percentual de famílias com rendimento familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo caiu de 31,6% para 23,5%. No entanto, as diferenças sociais ainda são grandes e preocupantes. Ainda há concentração de riqueza na mão de poucos e uma grande massa que divide uma pequena parcela dessa riqueza (BOCK, 2009).

De acordo com Barros e Mendonça (1995), com respeito à desigualdade em educação, poucos países no mundo conseguem atingir níveis semelhantes aos do Brasil. Com quase 15% da força de trabalho formada por trabalhadores sem instrução alguma e apenas 10% da população com educação superior, o Brasil atinge níveis de desigualdade em educação insuperáveis. Assim, cada ano de escolaridade adicional tende a elevar o nível salarial de um trabalhador em aproximadamente 15%. Ainda segundo estes autores, é difícil imaginar políticas de combate à desigualdade salarial no Brasil que possam ter um poder comparável a políticas educacionais voltadas para a redução da desigualdade educacional (BARROS; MENDONÇA, 1995).

Com base neste cenário, surge o PROEJA (Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos), uma política pública que tem por objetivo a elevação da escolaridade com profissionalização, no

sentido de contribuir para a integração sociolaboral de grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade (BRASIL, 2007).

Desse modo, o presente estudo teve por objetivo apresentar as percepções dos alunos do curso técnico de Administração na modalidade de educação de jovens e adultos do *campus* Sertãozinho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) sobre o PROEJA como política pública de inclusão social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A formação profissional no Brasil tem dois momentos iniciais distintos, que diferem pelo objetivo que cada um propôs. O primeiro momento é o ensino técnico como preparação para o trabalho, que tinha o objetivo de formar a elite. O foco desse primeiro momento foi atender aos filhos dos que tinham posse financeira e precisavam ser preparados para, no futuro, assumirem os postos dos pais ou de algum familiar nas atividades privadas ou nos cargos públicos (CASSEB, 2009).

O segundo momento da formação profissional brasileira ocorreu do século XIV em diante e, objetivou formar os que estavam desamparados e necessitavam de uma ocupação e ofício. O foco desse momento era assistir e amparar os órfãos e “desvalidos da sorte”, ou seja, resolver o problema social dos que “não tinham o que fazer”. É o momento histórico considerado como início da educação profissional no Brasil (CASSEB, 2009).

Com o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (BRASIL, 2009a).

Posteriormente, as Escolas de Aprendizes Artífices foram desligadas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passando a fazer parte do Ministério da Educação e Saúde Pública. As escolas de ofícios, até então denominadas de Escolas de Aprendizes Artífices, passaram a ser chamadas de Liceus e destinadas ao ensino profissional de todos os ramos e graus (GARCIA, 2000).

O Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação (BRASIL, 2009a).

As décadas de 30 e 40 dos anos 1900 foram de consolidação da industrialização no país, o que viria a exigir mudanças nas concepções e práticas do ensino profissional e sua necessária institucionalização para se adequar ao desenvolvimento industrial brasileiro, que em diversas realidades posteriores demandou novas necessidades para a formação da força de trabalho. A Educação Profissional foi contemplada por meio das Reformas Capanema de 1942 e 1943 de onde resultaram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a regulação do ensino industrial, secundário e comercial por meio de suas respectivas leis orgânicas (CANALI, 2009).

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão (BRASIL, 2009a).

O quadro a seguir apresenta uma síntese do histórico da educação profissional no Brasil elaborado por Wittaczik (2008) com foco na criação do Sistema S.

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprimindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.

1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S.
1942	Criação do SENAI (S pioneiro). Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).

Quadro 1 – Síntese do histórico da educação profissional no Brasil

Fonte: Wittaczik (2008, p. 79)

De acordo com Canali (2009), em 1971, sob o governo militar, há uma profunda reforma da educação básica promovida pela Lei nº 5.692/1971, a qual se constituiu em uma tentativa de estruturar a educação de nível médio como sendo profissionalizante para todos. A habilitação profissional passa a ser compulsória em substituição à equivalência entre os ramos secundário e propedêutico. Essa opção fundamentava-se em um projeto de desenvolvimento do Brasil centrado em uma nova fase de industrialização subalterna que demandava mão-de-obra qualificada para atender a tal crescimento. Alia-se a essa opção política do governo, o fato de as classes populares demandarem acesso a níveis mais elevados de escolarização que redundava numa forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior. A solução foi optar pela via da formação técnica profissionalizante em nível de 2º grau, que deveria garantir a inserção no mercado de trabalho em plena expansão em função dos elevados níveis de desenvolvimento.

Em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro (BRASIL, 2009a).

Cêa (2006) afirma que o período compreendido entre 1997 e 2004 já integra, certamente, um dos mais polêmicos da história da educação no Brasil, quanto aos rumos impostos à formação para o trabalho, no âmbito do sistema educacional. Parte dessa importância deve-se ao significado assumido pelo decreto 2.208/97 no contexto da reforma da educação profissional,

contribuindo para a imposição do fim (temporário) da vinculação entre qualificação para o trabalho e elevação dos níveis de escolaridade.

Com a alternância de grupos políticos no poder, em função da eleição do governo Lula, em 2002, as críticas às problemáticas repercussões da reforma da educação profissional, da qual o decreto 2.208/97 é parte, ganharam força política. Assim é que, em 2004, por meio do decreto 5.154, revogou-se o anterior (CÊA, 2006).

A Lei 11.892/08 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e os Institutos Federais passaram a ser designados como agências acreditadoras e certificadoras da educação profissional em todos os níveis de ensino, redefinindo o arranjo institucional da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Superior (BRASIL, 2009b).

Conforme aponta Costa (2009), atualmente, o governo federal em suas ações para a educação profissional criou os programas: Escola de Fábrica, PROEJA, PROJOVEM (Programa nacional de inclusão de jovens: educação, qualificação e ação comunitária). E permanece com três programas do governo anterior: o PRONERA (Programa nacional de educação na reforma agrária), o PNQ (Plano nacional de qualificação) e o PROEP (programa de expansão da educação profissional).

2.2. PROEJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado (BRASIL, 2007).

Um agravante na realidade brasileira diz respeito à presença forte de jovens na EJA, em grande parte devido a problemas de não-permanência e insucesso no Ensino Fundamental “regular”. Além disso, a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas e as famílias são obrigadas a buscar no trabalho das crianças uma alternativa para a composição de renda mínima, roubando o tempo da infância e o tempo da escola. Assim, mais tarde, esses jovens retornam, via EJA, convictos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa

exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural (BRASIL, 2007).

O PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) é instituído como programa educacional brasileiro pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Esse Decreto deriva de uma ampliação do Decreto 5.478 de 24 de junho de 2005, que criou o Programa, mas, no entanto, limitava sua extensão ao âmbito das instituições federais de educação tecnológica e ao nível médio (ALMEIDA, 2009)

O PROEJA segundo seu Documento Base, destinava-se primeiramente, aos jovens e adultos que já concluíram o ensino fundamental, mas que ainda não têm nem o ensino médio nem uma profissão técnica de nível médio. O programa propõe a continuidade dos estudos deste público através da oferta de oportunidades educacionais que integram a última etapa da educação básica a uma formação profissional (COSTA, 2009).

O PROEJA institui-se e fixa sua significação nesse contexto de busca pela universalização da educação básica, de ampliação das oportunidades de qualificação e de perspectivas de continuidade de estudos em nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fato que limita as chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho (ALMEIDA, 2009).

28

Ainda segundo Almeida (2009), a proposta do PROEJA seria considerar previamente a questão da inclusão/exclusão social, uma vez que este é o princípio básico da política em análise. O fenômeno da exclusão aparece não apenas para aqueles segmentos sociais que já estiveram incluídos em algum momento, mas envolve aqueles que jamais passaram pela condição de inclusão. Assim, é importante investigar se e *como* o Programa atende ao propósito da inclusão educacional e social, o que torna relevante dimensionar sua efetividade social.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A finalidade deste artigo foi trazer à tona qual a percepção dos estudantes quanto ao impacto do PROEJA em suas vidas, verificando se o que é percebido pelo público-alvo do projeto está em consonância com as idéias que embasaram sua criação.

A literatura abordada aponta para algumas premissas que alicerçam o PROEJA, e as mesmas podem se desdobrar em proposições que nortearam a constituição do questionário de abordagem de campo. As proposições da pesquisa foram:

(Proposição₁): O curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP é de qualidade na percepção dos alunos.

(Proposição₂): O curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP prepara para o mercado de trabalho na percepção dos alunos.

(Proposição₃): O curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP é uma oportunidade para melhorar a condição social na percepção dos alunos.

(Proposição₄): Os alunos do curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP tem grande conhecimento sobre o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

Cada proposição viabilizou a elaboração de afirmativas, conforme mostra o Quadro 2, que foram atreladas a uma escala de Likert de 5 pontos (1: discordo totalmente; 2: discordo; 3: não concordo nem discordo; 4: concordo; 5: concordo totalmente) apresentada aos alunos do curso técnico em Administração na modalidade EJA do *campus* Sertãozinho do IFSP na forma de um questionário. Houve, no total 46 respondentes.

Proposições da pesquisa	Afirmativas presentes no questionário para coleta de dados
O curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP é de qualidade na percepção dos alunos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fiz uma boa escolha ao optar pelo curso técnico em Administração do IFSP. 2. Eu recomendaria o curso técnico em Administração do IFSP para meus amigos. 3. O curso técnico em Administração do IFSP é de qualidade.
O curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP prepara para o mercado de trabalho na percepção dos alunos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. O diploma de técnico em Administração do IFSP vai me ajudar a conseguir um bom emprego. 2. Após o término do curso técnico em Administração, estarei preparado para o mercado de trabalho.
O curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP é uma oportunidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. O curso técnico em Administração do IFSP é uma oportunidade para melhorar minha condição

para melhorar a condição social na percepção dos alunos.	social.
Os alunos do curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP tem grande conhecimento sobre o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).	1. Tenho grande conhecimento sobre o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos)

Quadro 2: Proposições da pesquisa e afirmativas geradas.

Cada respondente teve contato direto com o questionário, sem intervenção dos pesquisadores, exceto para explicação sobre o funcionamento da escala utilizada. Os resultados obtidos foram analisados com o auxílio do *software* SPSS.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme mencionado, participaram da pesquisa 46 alunos do curso técnico em Administração na modalidade EJA do *campus* Sertãozinho do IFSP, o que representa 59% do total de alunos regularmente matriculados neste curso. Os respondentes apresentaram idade média de 28 anos com desvio padrão de 8,7 anos (Tabela 1), sendo 78,3% do sexo feminino e 21,7% do sexo masculino (Tabela 2).

Tabela 1: Idade dos respondentes

Número de Respondentes	Idade Mínima	Idade Máxima	Idade Média	Desvio Padrão
46	18	54	28,04	8,77

Tabela 2: Sexo dos respondentes

Gênero	Frequência Absoluta	Frequência Percentual
Feminino	36	78,3 %
Masculino	10	21,7 %
Total	46	100,0 %

Como pode ser observado na Tabela 3, 15,2% dos respondentes possui renda familiar de até 1 salário mínimo (s. m.), 60,9% possui renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos, 19,6% entre

4 a 6 salários mínimos e 4,3% com renda familiar entre 7 a 9 salários mínimos. O número médio de pessoas que vivem com a renda declarada é 4 (Tabela 4), sendo que 52,2% dos respondentes trabalha e contribui parcialmente para o sustento da família (Tabela 5). Apenas 23,9% dos respondentes não trabalha, o que significa dizer que mais de três quartos dos alunos abordados exerce algum tipo de trabalho remunerado e participa no sustento de sua família. Esse dado evidencia o tipo de público abrangido pelo programa, passível de se identificar como profissionalmente ativo e voltado para a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nos cursos profissionalizantes.

Tabela 3: Renda familiar dos respondentes

Renda	Frequência Absoluta	Frequência Percentual
até 1 s.m.	7	15,2 %
1 a 3 s.m.	28	60,9 %
4 a 6 s.m.	9	19,6 %
7 a 9 s.m.	2	4,3 %
Total	46	100,0 %

Tabela 4: Número de pessoas que vive da renda declarada

	Número de respondentes	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima	Quantidade Média	Desvio Padrão
Quantas pessoas compõem a família que vive da renda declarada?	46	1	9	4	1,6

Tabela 5: Qual a sua participação na renda da família?

Resposta	Frequência absoluta	Frequência Percentual
Não trabalho	11	23,9 %
Trabalho e contribuo parcialmente para o	24	52,2 %

sustento da família		
Trabalho e sou responsável pelo sustento da família	11	23,9 %
Total	46	100,0 %

Observando a Tabela 6, nota-se que 95,6% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Fiz uma boa escolha ao optar pelo curso técnico em Administração do IFSP”. A Tabela 7 mostra que 91,4% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Eu recomendaria o curso técnico em Administração do IFSP para meus amigos”. Com relação à afirmativa “O curso técnico em Administração do IFSP é de qualidade” (Tabela 8), 84,1% dos respondentes concordam ou concordam totalmente. Estes resultados permitem corroborar a primeira proposição de trabalho (Proposição₁): O curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP é de qualidade na percepção dos alunos e coincide com uma das diretrizes do PROEJA estabelecidas em seu Documento Base, que é oferecer acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

Tabela 6: Fiz uma boa escolha ao optar pelo curso técnico em Administração do IFSP

Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Percentual
Discordo	1	2,2 %
Não Concordo nem Discordo	1	2,2 %
Concordo	22	47,8 %
Concordo Totalmente	22	47,8 %
Total	46	100,0 %

Tabela 7: Eu recomendaria o curso técnico em Administração do IFSP para meus amigos

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Percentual
Não Concordo nem Discordo	4	8,7 %
Concordo	21	45,7 %

Concordo Totalmente	21	45,7 %
Total	46	100,0 %

Tabela 8: O curso técnico em Administração do IFSP é de qualidade

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Percentual
Não Concordo nem Discordo	7	15,2 %
Concordo	20	43,5 %
Concordo Totalmente	17	37,0 %
Total	44	95,7 %
Não respondeu	2	4,3 %
Total	46	100,0 %

Analisando a Tabela 9, nota-se que 93,3% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação “O diploma de técnico em Administração do IFSP vai me ajudar a conseguir um bom emprego”. A Tabela 10 revela que 89,1% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Após o término do curso técnico em Administração, estarei preparado para o mercado de trabalho”. Por meio destes resultados é possível corroborar a segunda proposição deste trabalho (Proposição₂): O curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP prepara para o mercado de trabalho na percepção dos alunos e está relacionada com uma das diretrizes do PROEJA estabelecidas em seu Documento Base, que é a oferta de oportunidades educacionais que integram a última etapa da educação básica a uma formação profissional.

Tabela 9: O diploma de técnico em Administração do IFSP vai me ajudar a conseguir um bom emprego

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Percentual
Não Concordo nem Discordo	3	6,5 %
Concordo	27	58,7 %
Concordo Totalmente	15	32,6 %
Total	45	97,8 %
Não respondeu	1	2,2 %
Total	46	100,0 %

Tabela 10: Após o término do curso técnico em Administração, estarei preparado para o mercado de trabalho.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Percentual
Discordo	1	2,2 %
Não Concordo nem Discordo	4	8,7 %
Concordo	27	58,7 %
Concordo Totalmente	14	30,4 %
Total	46	100,0 %

Por meio da Tabela 11, observa-se que 91,3% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação “O curso técnico em Administração do IFSP é uma oportunidade para melhorar minha condição social”. Este resultado permite corroborar a terceira proposição deste trabalho (Proposição₃): O curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP é uma oportunidade para melhorar a condição social na percepção dos alunos e é atinente com o propósito do PROEJA, que é atender ao propósito da inclusão educacional e social.

34

Tabela 11: O curso técnico em Administração do IFSP é uma oportunidade para melhorar minha condição social

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Percentual
Discordo	2	4,3 %
Não Concordo nem Discordo	2	4,3 %
Concordo	23	50,0 %
Concordo Totalmente	19	41,3 %
Total	46	100,0 %

Avaliando a Tabela 12, constata-se que 51,1% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Tenho grande conhecimento sobre o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos)”. Este resultado não permite corroborar a quarta proposição deste trabalho (Proposição₄): Os alunos do curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP tem grande conhecimento sobre o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

Tabela 12: Tenho grande conhecimento sobre o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos)

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Percentual
Discordo Totalmente	3	6,5 %
Discordo	5	10,9 %
Não Concordo nem Discordo	14	30,4 %
Concordo	19	41,3 %
Concordo Totalmente	4	8,7 %
Total	45	97,8 %
Não respondeu	1	2,2 %
Total	46	100,0 %

5. CONCLUSÃO

35

De acordo com a literatura pesquisada, o PROEJA surgiu como uma alternativa para inclusão social por meio da educação profissional, compondo o rol de iniciativas públicas para redução das desigualdades sociais através do empenho educacional (BARROS; MENDONÇA, 1995). Diante disso, este trabalho buscou analisar as percepções dos alunos do curso técnico de Administração na modalidade de educação de jovens e adultos do *campus* Sertãozinho do IFSP sobre o PROEJA como política pública de inclusão social.

Para atingir o objetivo proposto foram testadas as seguintes proposições: Proposição₁ - o curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP é de qualidade na percepção dos alunos; Proposição₂ - o curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP prepara para o mercado de trabalho na percepção dos alunos; Proposição₃ - o curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP é uma oportunidade para melhorar a condição social na percepção dos alunos e Proposição₄ - os alunos do curso técnico em Administração na modalidade EJA do IFSP tem grande conhecimento sobre o PROEJA.

Os resultados encontrados permitiram corroborar as três primeiras proposições de trabalho que se relacionam com as seguintes diretrizes do PROEJA estabelecidas em seu Documento Base, que são: oferecer acesso à educação pública, gratuita e de qualidade; oferecer

oportunidades educacionais que integram a última etapa da educação básica a uma formação profissional e atender ao propósito da inclusão educacional e social.

Este resultado não permitiu corroborar a quarta proposição deste trabalho. Foi verificado que poucos alunos possuem conhecimento sobre o PROEJA, ainda que acreditem na melhoria gerada em suas vidas pelos impactos positivos de se cursar um curso técnico voltado para jovens e adultos no IFSP.

Apesar das limitações implícitas ao método de avaliação, tais como o reduzido tamanho da amostra (número de participantes), especificidade do ambiente de pesquisa (IFSP, *campus* Sertãozinho, curso técnico de Administração) e a abordagem não paramétrica da escala de percepção adotada, ainda assim é possível afirmar que os estudantes da referida unidade do IFSP conseguem perceber que estão no caminho que foi inicialmente delimitado pelo intento que originou o PROEJA, ainda que o próprio programa em si não esteja em evidência em sua percepção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. A problemática da evasão no processo de implantação do PROEJA no Estado do Paraná. In: SIMPÓSIO SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, 5, 2010, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

BOCK, A. M. B. A desigualdade social e a educação: a dimensão subjetiva do processo educacional. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 9, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABRAPEE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Brasília: Ministério da Educação, 2009a.

BRASIL. Presidência da República, Observatório da Equidade. **As Desigualdades na Escolarização no Brasil**. Brasília: Presidência da República, Observatório da Equidade, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento base** – Programa de Integração da Educação Profissional técnica de nível médio ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: SETEC, 2007.

CANALI, H. H. B. A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional. In: SIMPÓSIO SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, 5, 2009, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

CASSEB, R. F. G. B. O PROEJA na visão dos professores da educação profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2009.

CEA, G. S. S. A reforma da educação profissional e o ensino médio integrado: tendências e riscos. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, 2006, Caxambu. **Anais...** São Paulo : ANPED, 2006. v. 1. p. 1-17.

COSTA, R. C. D. **O PROEJA para além da retórica**: um estudo de caso sobre a trajetória da implantação do programa no campus Charqueada. 2009. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GARCIA, S. R. O. O Fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2000, 18 p.

POCHMAN, M. Comunicado da Presidência nº 38: Pobreza, desigualdade e políticas públicas. R: IPEA, 2010.

WITTACZIK, L. S. A educação profissional no Brasil: histórico. **E-Tech**: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008.